

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
 Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
ATIVO				
CIRCULANTE	57.490	53.131	1.736	1.679
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	18	137	1.635	1.583
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	54.942	50.468	41	40
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13f)	718	720	60	56
Créditos Tributários (Nota 13c)	1.810	1.806		
Outros Créditos	2			
NÃO CIRCULANTE	3.987	3.971	59.741	55.423
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.987	3.971		
Créditos Recevíveis (Nota 7)	35.421	35.563	37.706	37.706
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(35.421)	(35.563)	22.035	17.717
Créditos Tributários (Nota 13c)	3.628	3.612		
Outros Créditos	359	359		
TOTAL	61.477	57.102	61.477	57.102

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS	7.798	7.128
Resultado de Créditos Recevíveis (Nota 7b)	2.880	2.401
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	4.918	4.630
Outras Receitas Operacionais	-	97
DESPESAS OPERACIONAIS	1.225	777
Despesas Tributárias (Nota 10)	357	324
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	868	453
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.573	6.351
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(2.214)	(2.155)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.359	4.196
Número de ações	37.083.738	37.083.738
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	117,56	113,20

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.573	6.351
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(133)	(2.484)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	12	(2.293)
Provisão para Devedores Duvidosos	(145)	(95)
Outros	-	(96)
Lucro Líquido Ajustado	6.440	3.867
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação	(4.474)	(5.097)
Redução em Outros Créditos	(759)	2.154
Aumento em Outras Obrigações	203	184
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.489)	(1.465)
Caixa Líquido (Utilizado) das Atividades Operacionais	(80)	(357)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Bens Disponíveis para Venda	-	458
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	-	458
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(40)	(42)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(40)	(42)
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(120)	59
(Redução)/Aumento Início do Período	137	78
Fim do Período	18	137
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(120)	59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Totais		
Saldos em 31.12.2008	37.706	822	12.739	-	51.267	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.196	4.196	
Destinações: - Reservas	-	210	3.946	(4.156)	-	
- Dividendos Propostos (R\$ 1,08 por lote de mil ações)	-	-	-	(40)	(40)	
Saldos em 31.12.2009	37.706	1.032	16.685	-	55.423	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.359	4.359	
Destinações: - Reservas	-	218	4.100	(4.318)	-	
- Dividendos Propostos (R\$ 1,12 por lote de mil ações)	-	-	-	(41)	(41)	
Saldos em 31.12.2010	37.706	1.250	20.785	-	59.741	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	148	2,1	193	2,9
1.1) Outras Receitas	-	-	95	1,4
1.2) Provisão/Rev. Créditos a Liquidação Duvidosa	148	2,1	98	1,5
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(854)	(12,3)	(432)	(6,4)
Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	(101)	(1,5)	(104)	(1,5)
Outros	(753)	(10,8)	(328)	(4,9)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(706)	(10,1)	(239)	(3,6)
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(706)	(10,1)	(239)	(3,6)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.664	110,1	6.951	103,6
Receitas Financeiras	7.664	110,1	6.951	103,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	6.958	100,0	6.712	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	6.958	100,0	6.712	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	2.586	37,2	2.502	37,3
Federais	2.571	37,0	2.479	36,9
Estaduais	15	0,2	23	0,3
Municipais	-	-	-	-
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	13	0,2	14	0,2
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	4.359	62,6	4.196	62,5
Dividendos	41	0,5	40	0,6
Lucros Retidos	4.318	62,1	4.156	61,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Alvorada Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos para negociação, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Receitas financeiras líquidas".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, mantidos para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Continua...

...Continuação

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

e) Provisão para devedores duvidosos

No final de cada período, a provisão para perdas com créditos recebíveis é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em créditos recebíveis.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.6) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de Créditos Recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores com operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas:

- Pelo valor justo baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercados, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxo de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.
- As receitas e despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem:

- Rendimentos em ativos mantidos para negociação avaliados pelo valor justo.
- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pela taxa média ponderada, SELIC.

2.8) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem efeitos em sua divulgação.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	18	137
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18	137
(1) Refere-se a depósito bancário à vista.		

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciado DI União no montante de R\$ 54.942 (2009 - R\$ 50.468). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Para aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

7) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

a) Movimentação dos créditos recebíveis:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldo Inicial.....	-	-
Baixas por Recebimento	(147)	(95)
Reversão de Provisões	147	95
Saldo Final	-	-
Créditos Recebíveis	35.421	35.563
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(35.421)	(35.563)
	2010	2009
Juros sobre Títulos e Créditos.....	2.732	2.306
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	148	95
Total	2.880	2.401

b) Resultado de Créditos Recebíveis

	2010	2009
Juros sobre Títulos e Créditos.....	2.732	2.306
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	148	95
Total	2.880	2.401

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ordinárias	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

b) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	4.359		4.196	
Reserva legal.....	(218)		(210)	
Base de cálculo.....	4.141		3.986	
Dividendos a pagar	41	1,0	40	1,0
(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.				

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Reservas de Lucros	22.035	17.717
Reserva Legal (1)	1.250	1.032
Reserva Estatutária (2)	20.785	16.685

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	4.931	4.644
Juros Passivos	(13)	(14)
Total	4.918	4.630

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS.....	50	45
Cofins	307	278
Impostos e Taxas Diversos	-	1
Total	357	324

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Custas Judiciais.....	668	317
Manutenção de Veículos	14	3
Serviços Prestados em Terceiros	21	30
Contribuição Sindical Patronal.....	15	23
Editais e Publicações.....	80	74
Perdas com Títulos e Créditos.....	64	-
Outras Despesas Gerais e Administrativas	6	6
Total	868	453

12) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Banco Bradesco S.A.	18	-	137	-
Dividendos a Pagar				
Embaúba Holdings Ltda.	(41)	-	(40)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

Continua...

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009		2010	2009
ATIVO					
CIRCULANTE	57.490	53.131	CIRCULANTE	1.736	1.679
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	18	137	Impostos e Contribuições a Recolher	1.635	1.583
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	54.942	50.468	Dividendos a Pagar (Nota 8a)	41	40
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	718	720	Outras Obrigações	60	56
Créditos Tributários (Nota 13c)	1.810	1.806			
Outros Créditos	2	-			
NÃO CIRCULANTE	3.987	3.971	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.741	55.423
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.987	3.971	Capital Social:		
Créditos Recebíveis (Nota 7)	35.421	35.563	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	37.706	37.706
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(35.421)	(35.563)	Reservas de Lucros (Nota 8c)	22.035	17.717
Créditos Tributários (Nota 13c)	3.628	3.612			
Outros Créditos	359	359			
TOTAL	61.477	57.102	TOTAL	61.477	57.102

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2010	2009	
RECEITAS OPERACIONAIS	7.798	7.128	
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	2.880	2.401	
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	4.918	4.630	
Outras Receitas Operacionais	-	97	
DESPESAS OPERACIONAIS	1.225	777	
Despesas Tributárias (Nota 10)	357	324	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	868	453	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.573	6.351	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(2.214)	(2.155)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.359	4.196	
Número de ações	37.083.738	37.083.738	
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	117,56	113,20	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	2009		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.573	6.351		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(133)	(2.484)		
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Liquidas	12	(2.293)		
Provisão para Devedores Duvidosos	(145)	(95)		
Outros	-	(95)		
Lucro Líquido Ajustado	6.440	3.867		
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação	(4.474)	(5.097)		
Redução em Outros Créditos	(759)	2.154		
Aumento em Outras Obrigações	203	184		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.489)	(1.465)		
Caixa Líquido (Utilizado) das Atividades Operacionais	(80)	(357)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Bens Disponíveis para Venda	-	458		
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	-	458		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	(40)	(42)		
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(40)	(42)		
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(120)	59		
(Redução)/Aumento Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Início do Período	137	78		
Fim do Período	18	137		
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(120)	59		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2008	37.706	822	12.739	-	51.267
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.196	4.196
Destinações: - Reservas	-	210	3.946	(4.156)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,08 por lote de mil ações)	-	-	-	(40)	(40)
Saldos em 31.12.2009	37.706	1.032	16.685	-	55.423
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.359	4.359
Destinações: - Reservas	-	218	4.100	(4.318)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,12 por lote de mil ações)	-	-	-	(41)	(41)
Saldos em 31.12.2010	37.706	1.250	20.785	-	59.741

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2010	%	2009	%	
1 - RECEITAS	148	2,1	193	2,9	
1.1) Outras Receitas	-	-	95	1,4	
1.2) Provisão/Rev. Créditos a Liquidação Duvidosa	148	2,1	98	1,5	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(854)	(12,3)	(432)	(6,4)	
Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(101)	(1,5)	(104)	(1,5)	
Outros	(753)	(10,8)	(328)	(4,9)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(706)	(10,1)	(239)	(3,6)	
4 - DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(706)	(10,1)	(239)	(3,6)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.664	110,1	6.951	103,6	
Receitas Financeiras	7.664	110,1	6.951	103,6	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	6.958	100,0	6.712	100,0	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	6.958	100,0	6.712	100,0	
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	2.586	37,2	2.502	37,3	
Federais	2.571	37,0	2.479	36,9	
Estaduais	15	0,2	23	0,3	
Municipais	-	-	-	-	
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	13	0,2	14	0,2	
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	4.359	62,6	4.196	62,5	
Dividendos	41	0,5	40	0,6	
Lucros Retidos	4.318	62,1	4.156	61,9	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Alvorada Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos para negociação, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Receitas financeiras líquidas".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, mantidos para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

e) Provisão para devedores duvidosos

No final de cada período, a provisão para perdas com créditos recebíveis é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em créditos recebíveis.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Conseqüentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.6) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de Créditos Recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores com operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

b) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas:

- Pelo valor justo baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercados, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxo de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Conseqüentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.

- As receitas e despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. É a taxa básica utilizada como referência para política monetária.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem:

- Rendimentos em ativos mantidos para negociação avaliados pelo valor justo.
- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pela taxa média ponderada, SELIC.

2.8) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário. Como o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Custas Judiciais.....	668	317
Manutenção de Veículos.....	14	3
Serviços Prestados em Terceiros.....	21	30
Contribuição Sindical Patronal.....	15	23
Editais e Publicações.....	80	74
Perdas com Títulos e Créditos.....	64	-
Outras Despesas Gerais e Administrativas.....	6	6
Total.....	868	453

12) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Banco Bradesco S.A.....	18	-	137	-
Dividendos a Pagar				
Embaúba Holdings Ltda.....	(41)	-	(40)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	6.571	6.351
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(2.234)	(2.159)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis.....	(22)	(1)
Outros.....	42	5
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(2.214)	(2.155)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.234)	(2.155)
Subtotal.....	(2.234)	(2.155)
Impostos diferidos:		
Constituição no exercício, sobre adições temporárias.....	20	-
Subtotal.....	20	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(2.214)	(2.155)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro		
	2009	Constituição	2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	5.418	-	5.418
Outras provisões.....	-	20	20
Total.....	5.418	20	5.438

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2011.....	1.331	479	1.810
2012.....	1.331	479	1.810
2013.....	1.332	480	1.812
2014.....	4	2	6
Total.....	3.998	1.440	5.438

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 5.117 (2009 – R\$ 5.059) de diferenças temporárias.

f) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se a imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 718 (2009 – R\$ 720).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Empresa em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS REVISÕES LIMITADAS

Aos Administradores e Acionistas

Alvorada Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros

Revisamos o balanço patrimonial da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas.

4. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

política

O desafio vai ser dar sustentação jurídica para o caso [Jaqueline Roriz].

Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP)

Dilema de Dilma: o presente de Obama

Um livro com fotografias do Brasil? Uma peça de artesanato? Uma caixa com gravações de MPB? O Planalto ainda não se decidiu sobre o mimo ao presidente dos EUA

Alan Marques/Folhapress



Samba inacabado: Dilma brinca com o violão que recebeu de Shakira, mas ainda não sabe o que escolher para Barak Obama

Corregedoria procura Jaqueline

Entidade da Câmara quer notificar deputada sobre pedido de investigação em relação a suposta propina

O corregedor da Câmara dos Deputados, Eduardo da Fonte (PP-PE), informou ontem que ainda não conseguiu localizar a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), para notificá-la do pedido de investigação, procedimento previsto no regimento da Casa.

A deputada foi filmada recebendo dinheiro de Durval Barbosa, delator do chamado "mensalão".

"Tentamos

ontem [quarta-feira], vamos tentar hoje e amanhã. Se não der, vamos citá-la pelo 'Diário Oficial' na segunda-feira", afirmou o corregedor da Câmara, Eduardo da Fonte.

A partir da notificação, a deputada terá cinco dias para apresentar sua defesa.

Com a aprovação dos integrantes da Mesa, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), enviou quarta-feira o caso da deputada para a Corregedoria da Casa parlamentar.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG), quarto secretário

da Câmara, explicou que a atitude de Maia pode resultar em uma investigação mais ágil. "O Conselho de Ética pode retardar seus trabalhos, mas nós temos o interesse de acelerar. O corregedor pode mandar um parecer já pronto [ao Conselho de Ética] e ajudar as investigações", explicou Júlio Delgado.

Em nota divulgada nesta semana, Jaqueline Roriz afirmou

que o dinheiro era para caixa dois de campanha eleitoral. A deputada pediu licença da Câ-

Dida Sampaio/AE/02.03.2011



Jaqueline Roriz desaparece da Câmara. Alegação: motivo de saúde.

mara dos Deputados, alegando motivos médicos.

Quarta-feira, o Conselho de Ética da Câmara também foi instalado. Em seguida, elegeu, por unanimidade, o deputado José Carlos Araújo (PDT-BA) para presidente.

Ao mesmo tempo, o PSOL protocolou representação por quebra de decoro contra a deputada Jaqueline Roriz.

Na sessão de ontem, a maioria dos integrantes do colegiado se manifestou pela investigação e ressaltou a gravidade dos fatos. "O nosso primeiro desafio vai ser dar sustentação jurídica para que o caso, anterior ao mandato, seja analisado sem dúvidas, para superarmos esse assunto de vez", disse Carlos Sampaio (PSDB-SP), integrante do colegiado. (AE)

Tradicionalmente, as autoridades estrangeiras que visitam o presidente da República no Brasil ganham presentes. Mas para o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ainda está indefinido o que a presidenta Dilma Rousseff oferecerá. Os assessores estão às voltas com várias opções, como livros com fotografias de paisagens brasileiras, uma coleção com gravuras nacionais, peças de artesanato ou gravações de música popular brasileira (MPB).

A cerimônia de troca de presentes faz parte do protocolo de visitas dos chefes de Estado e de Governo. Porém, a entrega dos presentes nem sempre é feita pelas próprias autoridades. No caso de Obama e Dilma, por exemplo, embaixadores

representarão cada um dos dois presidentes.

Doladobrasileiro, a chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, Maria de Luján Vinkler, é quem entregará o presente ao diplomata norte-americano que representará Obama.

No último governo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu alguns presentes fora do tradicional. O presidente da Bolívia, Evo Morales, presenteou Lula com uma manta típica dos indígenas andinos. Do rei Abdullah, da Arábia Saudita, Lula ganhou uma espada em ouro vermelho incrustada de rubi.

Cidade de Deus – Às vésperas da chegada do presidente Barack Obama ao Brasil, as restrições impostas pela segurança já feriu suscetibilidades. Ontem, pelo twitter, o empresário Celso Athayde, fundador da Central Única das Favelas (Cufa), na Cidade de Deus, desabafou. "Nego quer ir lá tirar uma foto com uma criança melequenta e meter o pé. Se for isso, eu vou pular fora".

A previsão é de que Obama e a primeira-dama, Michele, visitem a sede da Cufa e assistam à apresentação dos meninos atendidos pela ONG.

Nas mensagens seguintes, Athayde lamenta que os organizadores queiram restringir os passos de Obama na favela. "Amigo, se o Obama for apenas fazer uma reunião na Cidade de Deus com MV Bill [rapper e fundador da Cufa junto com Athayde] e meia dúzia de políticos e pôr dez jovens para batucar será trágico", escreveu.

Mas até o final da noite de ontem, Athayde ainda tinha alguma esperança de convencer a comitiva de que Obama poderá circular pela Cidade de Deus. "Meu trabalho será hoje de demovê-los dessas ideias casabrancas.

Se eu conseguir tá lindo, se não, que tenham uma boa passagem. Fui".

Na visita de Obama à favela, famosa no mundo inteiro depois do filme "Cidade de Deus", está

previsto também que ele se encontre com crianças da escola de futebol.

Violão e parceria – A cantora colombiana Shakira causou alvoroço e histeria no Planalto na tarde de ontem, antes e depois de ser recebida pela presidente Dilma Rousseff. Shakira, que faria um show na capital ainda ontem à noite, entregou a Dilma um violão autografado e propôs parceria entre a Fundação Alas, criada por ela para atender crianças pobres da América Latina, e o governo brasileiro.

O encontro de Shakira com a presidente durou cerca de 20 minutos. Depois, numa entrevista em que falou apenas em português, Shakira relatou que Dilma gostou do trabalho social desenvolvido pela fundação, voltado especialmente para crianças até seis anos. "Ela ficou entusiasmada de trabalharmos juntos", disse.

"É uma bênção que o Brasil tenha agora uma mulher [na Presidência] para entender a realidade das crianças", comentou em seguida. No Salão Nobre, Shakira foi abordada por funcionários do palácio que pediram autógrafos, tiraram fotos e gritaram o nome da cantora. (AE)